



**SOBRE POBREZA E DESIGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL E NO MARANHÃO**

**ENTREVISTA REALIZADA POR MARIA EUNICE FERREIRA DAMASCENO PEREIRA<sup>1</sup>  
COM MARLY DE JESUS SÁ DIAS E SILSE TEXEIRA DE FREITAS LEMOS<sup>2</sup>**

**ENTREVISTADORA: A maior presença de mulheres entre os pobres e extremamente pobres, atestada por institutos de pesquisa como o IBGE, pode ter distintas explicações. Quais você entende como mais relevantes?**

Antes de adentrar no cerne da questão, que por sinal, não se apresenta de forma consensual entre os estudos sobre gênero e pobreza (Novellino, 2002), é importante destacar que o Brasil é um país complexo, mas, não é pobre, e sim, abissalmente desigual, tanto em termos sociais, como de gênero, em que o machismo cumpre uma função social de dominação dos homens sobre as mulheres. A conjugação dos fatores de ordem estrutural, econômica, sociocultural e política, ilustram a multidimensionalidade da categoria pobreza, ao mesmo tempo em que permite antever que a insuficiência monetária é apenas um de seus aspectos palpáveis, envoltos a pluralidade de carências ignoradas.

Faz-se oportuno, considerar que é voz corrente entre estudiosas como Yazbek (1993), por exemplo, apontar como causa inquestionável da pobreza a acumulação capitalista, fruto de um sistema que produz riqueza e miséria, esta última manifesta pela gigantesca desigualdade social que alicerça a produção e reprodução da pobreza na sociedade, atestada pela desproteção social das classes subalternas. Embora pobreza e desigualdades não sejam exclusividades do capitalismo, estes fenômenos figuram como seus pilares estruturantes, consolidados historicamente.

Daí porque nestas balizas, desigualdades e discriminações de gênero que atingem também as mulheres, constituem-se aspectos pertinentes para discutir gênero e pobreza, tanto porque subsistem no país na relação de

---

<sup>1</sup> Assistente Social, doutora em Economia Aplicada, docente do Curso de Serviço Social e do Programa de pós-Graduação em Políticas Públicas/UFMA

<sup>2</sup> Assistentes Sociais, professoras doutoras e aposentadas do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão



opressão/exploração/dominação em que patriarcado, racismo e capitalismo, se correlacionam, retroalimentam e potencializam-se com determinações que complexificam com vigor a vida das mulheres, sobretudo quando negras e pobres. Mas, também porque, embora as questões de gênero que remetem as mulheres detenham especificidades, jamais devem ser tratadas de forma autônoma ou, a margem dos problemas gerais, das relações estruturais que circundam a sociedade, como asseverado na vasta obra de Heleieth Saffioti, tal como em “Gênero, Patriarcado e Violência” (2004).

A posição das mulheres na divisão racial e sexual do trabalho se apresenta como via fecunda para este debate que trata da pobreza feminina, pois, possibilita apreender a funcionalidade histórica da desvalorização social das mulheres; como diferenças socialmente construídas entre homens e mulheres foram convertidas em desigualdades e discriminações patriarcais de gênero (robustecidas por questões de raça e classe); relações hierárquicas, distribuição desigual de poder e papéis sociais estruturados, legitimados e naturalizados, com desvantagens históricas para as mulheres, em termos de poder e de oportunidades principalmente.

Argumentos sem amparo científico disseminados no meio social associaram as condições de gestar e nutrir as habilidades das mulheres para o tradicional trabalho doméstico e de cuidados, o que tanto tem servido para preservar relações injustas, subtrair o tempo das mulheres, desvalorizar trabalhos por elas realizados, como tem dificultado sua ascensão educacional, econômica, participação no mercado formal de trabalho, ainda nos dias atuais. Mesmo com a melhora em todos os níveis educacionais (Dieese, 2021), desigualdades persistem, com mulheres enfrentando obstáculos para entrada e permanência em áreas que não sejam “femininas”, vinculadas as ações de cuidado (pedagogia, serviço social, psicologia, nutrição, enfermagem...), a exemplo das engenharias e tecnologias.

Dotado de feição feminina, o trabalho com a casa e seus arredores segue como de responsabilidade precípua das mulheres que, por sua vez, são compelidas a dispensar mais horas de dedicação a estes em relação aos homens. A parca oferta de equipamentos sociais como creches públicas, escolas em horário integral,



restaurantes populares, lavanderias coletivas, complexificam a situação entre as mulheres, sobretudo das mulheres negras, indígenas, lésbicas, mães solas, que chefiam famílias com menores rendimentos, de modo a restringir suas chances de participação no mercado de trabalho.

Invisível, sem reconhecimento formal, gratuito, o trabalho doméstico prossegue fortalecendo o processo de acumulação capitalista, uma vez que, sem este, não haveria nenhuma outra forma de trabalho. É o trabalho doméstico que revigora a capacidade das pessoas trabalharem.

Trata-se de um trabalho que se traduz em múltiplas ações, demanda tempo, consome energia, produz cansaços físicos e mentais, dificulta a inserção feminina em trabalho fora de casa, o que faz do salário outro ponto fulcral na reflexão. Via de regra, dada a dificuldade conciliação entre jornadas de trabalho distintas, a inserção feminina no mercado laboral tem se dado em trabalhos precários, mal remunerados e/ou informal, com salários menores em relação aos homens no desempenho da mesma atividade. Também e, não por acaso, elas figuram maioria entre desempregados (as), estão menos presentes em atividades formais, cargos de comando ou com melhores proventos (Dieese, 2021), dada a desvalorização social e econômica das atribuições laborais que realizam. Porém, convém destacar, como bem nos lembra Costa (et al, 2005), que a pobreza é apenas uma das repercussões das desigualdades de gênero que atinge parte considerável das mulheres.

**ENTREVISTADORA:** A denominada “feminização da pobreza”, fenômeno que articula pobreza e desigualdade de gênero, vem ganhando espaço no debate público e causando muita polêmica no Brasil, expressando-se com força nas plataformas digitais. Qual sua opinião sobre o tema?

Essa pergunta requer bastante atenção e não temos intenção de esgotá-la, pois remete a outras questões complexas sobre gênero e pobreza, bem como pode ser explanada de formas diversas, a depender das dimensões femininas abordadas,



dos meios eleitos para sua mensuração e, se estes permitem captar as fartas dimensões da pobreza, mas, sob a ótica de gênero.

Por isso, o propósito é só pontuar algumas questões. Pensamos ser importante que, em qualquer esboço de resposta que se faça para corroborar tal hipótese, se tenha evidências empíricas, dados comprobatórios que ateste ou não a progressão de mulheres entre os pobres e extremamente pobres no decorrer dos anos, seja na incidência, intensidade ou na sobre-representação de mulheres, como recomenda Costa, et al, (2005) em estudo desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Convém também ter previamente em conta o que se entende por feminização da pobreza e por pobreza, dada a relevância interpretativa destes fenômenos complexos, uma vez que pobreza não se reduz a insuficiência de renda, como já destacado na resposta anterior. Resulta da conjunção de elementos distintos, de construções societárias excludentes, demarcados por decisões políticas, visto que são os seres humanos que edificam a sociedade, produzindo a riqueza e a pobreza. Síntese perversa que congrega os embargos sociais/econômicos que obstaculizam o desenvolvimento humano.

Entender a pobreza é, antes de tudo, visualizar a excludência que o Brasil produz não como pobreza material, escassez de recursos naturais, mas, de privação de acesso populacional à riqueza que aqui se gera, socializada entre poucos. É a incapacidade de contingentes da população, por ausência de oportunidades em não poder definir, sequer, suas condições básicas de vida imperativas para a sobrevivência ou, até aspirar realizações mais elevadas.

No que se refere a expressão “feminização da pobreza” convém assinalar que a mesma tem sido posta em evidencia em múltiplos os meios de comunicação, como se fosse uma força elucidativa cuja pretensão é englobar as mazelas provindas do empobrecimento com possíveis obstáculos experienciados pelas mulheres, posto que ainda persiste uma gama substancial de dificuldades multifacetadas, vivenciadas por “elas”, decorrentes, principalmente, das desigualdades de gênero. É certo que a situação desfavorecida das mulheres sob vastos aspectos, potencializa a assertiva de que, cada vez mais, a pobreza estaria adquirindo feição



feminina, uma vez que as mulheres, sobretudo as mulheres negras e com menores rendimentos, se encontram mais propensas a condição de pobreza e de miséria, quando confrontadas ao número de homens nessa mesma situação, posto que há aqui uma imbricação de gênero, classe, raça. Porém, é imprescindível certifi-cá-la com constatações empíricas, a fim de assegurar se, de fato, configura ou não, processo de feminização.

A expressão feminização da pobreza que ora se torna massificada provém dos anos 1970, enquanto designação pela socióloga Diane Pierce, que, a partir do pressuposto de que “a pobreza estaria se tornando um problema feminino”, associa tal processo a elevação do número de mulheres entre famílias pobres chefiadas por mulheres (onde inexistente adulto do sexo masculino), com propósito de identificar quais seriam as consequências econômicas e sociais de ser mulher nesse contexto que acaba por acarretar-lhe à pobreza nos Estados Unidos da América entre os anos 1950 e meados de 1970 (Novellino, 2002, p. 3). Trata-se, como já apontado acima, de um termo com múltiplas possibilidades de interpretação (evolução temporal da situação das mulheres; contraposição da situação de mulheres e homens em determinado momento, são algumas possibilidades) e que, atualmente, ainda suscita indagações sobre esse (possível) aumento do número de mulheres entre os pobres, em virtude da escassez de estudos que examine os dados, como por exemplo, sobre as desigualdades intradomiciliares ao invés da costumeira distribuição igual de recursos entre os membros do domicílio, que assegure ou não tal elevação no Brasil (Costa et al, 2005).

O fato é que, independentemente da interpretação feita, na relação pobreza e gênero, o termo feminização da pobreza comporta dinamismo, explícita uma dimensão temporal, remete as alterações ocorridas na situação de pobreza das mulheres ao longo de determinado período estudado. Sua constatação, segundo Costa (et al, 2005), prenuncia tanto a ascendência da pobreza em determinado grupo da sociedade, como a amplificação das desigualdades entre o público feminino e masculino. Entretanto, é oportuno que esse debate não obscureça as desigualdades de gênero, em sentido amplo.



A pobreza das mulheres é histórica, advinda da convergência de elementos, que se constituirão num processo que reúne um elenco de variáveis, nas quais não se pode desconsiderar a cultura e a ideologia pela força com a qual atuam em uníssono. A esfera patriarcal dominante na sociedade praticamente determinou o trabalho doméstico, tal como o conhecemos, como trabalho de mulher, suscitando sobrecarga de funções, como já apontado.

Não se tem como negar que as mulheres são impactadas pelos efeitos deletérios da pobreza, num sentido amplo, mas reiterar-se os agentes causadores da denominada feminização da pobreza, implica, obrigatoriamente, considerar os fatos sinalizados da segregação na casa da família, pela força ideologicamente reatualizada do patriarcado, a qual é beneficiada pelo trabalho invisível e não remunerado dessas mulheres. Apesar das conquistas protagonizadas pelos movimentos sociais feministas, avanços legais com impacto nos índices de empobrecimento das mulheres, observamos que desafios persistem para desnaturalizar as relações de poder que subalternizam mulheres e outras minorias sociais, como a população LGBTQI+, indígenas e outras, resultado do complexo conjunto de causas estruturantes, econômicas, políticas, socioculturais e ideológica, se mantém reatualizado. Também por isso, é preciso considerar que a feminização da pobreza não pode ser tratada com homogeneização e superficialidade, visto que deturpam o verdadeiro conteúdo e o significado da expressão.

**ENTREVISTADORA: A se acreditar na ideia da “feminização da pobreza”, é possível afirmar que a situação atual pode reforçar o processo de transmissão intergeracional da pobreza? Você acha que as políticas públicas vigentes podem contribuir no processo de reversão desse processo? De que forma?**

**A Riqueza das Nações (1776)**

Um primeiro aspecto que se deve considerar é o de que, como já se refletiu anteriormente sobre a pobreza e a feminização da pobreza, chegou-se à compreensão de que ambos são fenômenos complexos, imbricados de elementos multifacetados. A pobreza no capitalismo teve uma base estrutural na própria configuração do conjunto de fatores que



originou o modo de produção capitalista. Senão vejamos: no capitalismo já na efervescência do amadurecimento, Adam Smith, na obra intitulada *A Riqueza das Nações* publicada originalmente em 1776, já fazia reflexões sobre a importância do trabalho doméstico para a reprodução social. Destaca a situação das mulheres que carregavam nas costas jornadas de trabalho(mal) pago e, tarefas domésticas igualmente sem valor econômico. Já existia, na época, clareza do quanto as mulheres, em contextos de pobreza, viam-se sobrecarregadas, com escassez de tempo para atividades remuneradas ou até mesmo de lazer (Smith, 1983). Isto é emblemático e faz parte do cruzamento social, cultural, político e ideológico que não é de agora. A reprodutora e serviçal útil em casa é uma figura naturalizada na cultura do capitalismo. A pobreza das mulheres está implícita na pobreza dos homens trabalhadores. Embora se pense em pobreza das mulheres, é necessário refleti-la correlacionadas às desigualdades gênero na sociabilidade do capital, no conjunto da totalidade das relações sociais e suas contradições. Ambas, conjuntamente, estão vinculadas à estrutura de classe sociais, patriarcado e racismo. Amplificam a exposição das mulheres às condições de pauperismo que, por sua vez, cumprem, através do trabalho doméstico (invisível e sem valor), papel importante na lógica de acumulação capitalista com um trabalho imprescindível, mas, desvalorizado e gratuito.

Vale ressaltar que a mencionada pobreza tem incidência maior sobre estratos mais desprotegidos socialmente como pessoas negras, trabalhadoras rurais, operárias não qualificadas, as ambulantes, as trabalhadoras domésticas, em que as mulheres negras se encontram em maioria e, que, até pouco tempo, sequer eram consideradas profissionais detentoras de direitos, entre outras.

Na contemporaneidade da mundialização do capital a opressão/exploração/dominação tem se acentuado, com vigência de conservadorismos, sobretudo, em termos de relações de gênero, precarização do trabalho, flexibilização de leis trabalhistas, redução dos investimentos em políticas de corte social como a de saúde, educação, moradia, trabalho, afetando serviços essenciais, com forte rebatimento na vida das pessoas, principalmente das mulheres que detêm menores rendimentos. Mulheres que historicamente tem ocupado posições menos valorizadas no mercado de trabalho, com ausência ou poucos direitos, baixos salários, quando comparadas aos homens em igual situação. Mulheres que se veem assumindo sozinhas o sustento de sua prole/família. Situação que exige um empenho maior delas para auferir renda que comporte as necessidades básicas, lhes permita conciliar trabalho remunerado com o trabalho doméstico e as ações de cuidados.



Mas, o dinamismo da história evidencia que o poder circula, resistências, lutas têm sido construídas por movimentos sociais feministas, Marcha Mundial das Mulheres, dentre outros, contra a atual lógica da divisão racial e sexual do trabalho que vigora no país. Políticas sociais são estratégias relevantes nesse enfrentamento, mas, na reflexão em apreço, precisam também ser políticas sensíveis as questões de gênero, bem como de combate a pobreza (Novellino, 2002), e não apenas políticas que tenham mulheres pobres como público-alvo. Ainda que não sejam capazes de reversão total do quadro aqui esboçado, são importantes para assegurar direitos, garantir proteção social, reduzir fosso das desigualdades entre homens e mulheres. Para minimizar as desigualdades sociais e de gênero. Para tanto, não devem se limitar ao papel feminino na esfera da reprodução e do cuidado, uma vez que tais atividades devem ser compartilhadas com todas as pessoas que habitam na casa, a exemplo dos homens e, assumidas como dever do Estado e sociedade. Mas, que contribuam para a autonomia financeira e emancipação das mulheres, as qualifiquem para o mercado de trabalho, possibilitem condições salariais equivalentes a suas qualificações e desempenho da função e não, de seu sexo. Lhes permita representação e participação política, acesso à terra, a transição para um estágio de vida mais promissor, fraturando o ciclo perverso da transmissão intergeracional da pobreza. Caso contrário, a tendência é de prosseguir nos ditames neoliberais de, cada vez mais, responsabilização das famílias, o acaba por recair nas mulheres, ao mesmo tempo que tonifica o machismo e desresponsabiliza o Estado.

#### Referências:

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção "Os Economistas").

COSTA, Joana Simões et al. A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil. *IPEA*. Texto para discussão nº 1137. Brasília: novembro de 2005. Disponível em:

[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1137.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1137.pdf) Acesso em: 10 abril 2026.

DIEESE. Brasil: a inserção das mulheres no mercado de trabalho / IBGE, Pesquisa sob Amostra de Domicílios Contínua. *IBGE*, 2021.

NOVELLINO, M. S. F. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP*, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado e violência*. 2ª edição, São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 1993.